

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	70
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	72

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	114.181.880
Preferenciais	0
Total	114.181.880
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	21/01/2014	Juros sobre Capital Próprio	21/01/2014	Ordinária		0,01768
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2014	Ordinária		0,02029
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2014	Dividendo	16/04/2014	Ordinária		0,41383
Reunião do Conselho de Administração	18/08/2014	Dividendo	18/08/2014	Ordinária		0,37072

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	841.559	797.907	674.539
1.01	Ativo Circulante	162.156	247.051	233.319
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	41.572	195.356	132.034
1.01.03	Contas a Receber	19.622	18.323	15.947
1.01.03.01	Clientes	19.530	18.285	15.945
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	92	38	2
1.01.04	Estoques	1.669	847	830
1.01.07	Despesas Antecipadas	948	924	718
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	98.345	31.601	83.790
1.01.08.03	Outros	98.345	31.601	83.790
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar	6.158	1.771	2.374
1.01.08.03.02	Contas a Receber - partes relacionadas	33.453	18.289	53.985
1.01.08.03.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	58.734	11.541	27.431
1.02	Ativo Não Circulante	679.403	550.856	441.220
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	400.765	278.506	163.432
1.02.01.06	Tributos Diferidos	46.414	42.444	34.344
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.414	42.444	34.344
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	14	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	354.230	235.955	129.000
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	354.230	235.955	129.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	121	93	88
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	121	93	88
1.02.03	Imobilizado	1.028	439	655
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.028	439	655
1.02.04	Intangível	277.610	271.911	277.133
1.02.04.01	Intangíveis	277.610	271.911	277.133

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	841.559	797.907	674.539
2.01	Passivo Circulante	242.679	65.274	147.566
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.492	2.831	2.424
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.492	2.831	2.424
2.01.02	Fornecedores	4.835	5.357	4.429
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.835	5.357	4.429
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.265	16.816	14.726
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.645	15.266	13.344
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.846	13.382	11.361
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.799	1.884	1.983
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.620	1.550	1.382
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	172.103	9.456	99.769
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	286	29	37
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	286	29	37
2.01.04.02	Debêntures	171.817	9.427	99.732
2.01.05	Outras Obrigações	19.211	14.500	13.603
2.01.05.02	Outros	19.211	14.500	13.603
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.913	1.716	1.767
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	2.464	2.068	1.987
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	8.075	7.637	7.580
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	185	100	44
2.01.05.02.07	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	3.331	2.756	2.051
2.01.05.02.08	Outros	243	223	174
2.01.06	Provisões	27.773	16.314	12.615
2.01.06.02	Outras Provisões	27.773	16.314	12.615
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	27.773	16.314	12.615
2.02	Passivo Não Circulante	407.931	543.864	353.230
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	309.289	447.671	270.698
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	782	92	121

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	782	92	121
2.02.01.02	Debêntures	308.507	447.579	270.577
2.02.02	Outras Obrigações	18.669	24.176	28.483
2.02.02.02	Outros	18.669	24.176	28.483
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	18.669	24.176	28.483
2.02.04	Provisões	79.973	72.017	54.049
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	967	1.052	763
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24	49	132
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	943	1.003	631
2.02.04.02	Outras Provisões	79.006	70.965	53.286
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	76.594	68.697	51.154
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	2.412	2.268	2.132
2.03	Patrimônio Líquido	190.949	188.769	173.743
2.03.01	Capital Social Realizado	117.655	117.655	117.655
2.03.02	Reservas de Capital	330	330	330
2.03.04	Reservas de Lucros	72.964	70.784	55.758
2.03.04.01	Reserva Legal	23.532	23.532	20.100
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	49.432	47.252	35.658

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	373.161	334.581	301.035
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-191.863	-167.622	-153.345
3.03	Resultado Bruto	181.298	166.959	147.690
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.061	-10.286	-10.272
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.482	-10.615	-10.492
3.04.02.01	Despesas Gerais e administrativas	-18.965	-9.947	-9.754
3.04.02.02	Remuneração da administração	-1.404	-575	-294
3.04.02.03	Tributárias	-113	-93	-444
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	421	329	220
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	161.237	156.673	137.418
3.06	Resultado Financeiro	-14.603	-20.971	-23.044
3.06.01	Receitas Financeiras	51.252	27.919	33.006
3.06.02	Despesas Financeiras	-65.855	-48.890	-56.050
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	146.634	135.702	114.374
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-46.773	-43.603	-35.850
3.08.01	Corrente	-50.743	-51.703	-43.947
3.08.02	Diferido	3.970	8.100	8.097
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	99.861	92.099	78.524
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	99.861	92.099	78.524
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,87460	0,80660	0,68771
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,87460	0,80660	0,68771

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	99.861	92.099	78.524
4.03	Resultado Abrangente do Período	99.861	92.099	78.524

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	183.838	171.168	164.581
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	85.663	76.499	81.443
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	51.828	44.059	37.511
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	369	282	230
6.01.01.03	IR & CS Diferidos	-3.970	-8.100	-8.097
6.01.01.04	Desp. de Juros, Líquida de Receitas	17.959	18.274	33.888
6.01.01.05	Aumento (redução) das provisões parra riscos cíveis e trabalhistas	-43	557	197
6.01.01.06	Reversão de Receita Diferida	20	49	24
6.01.01.07	Provisões para Manutenção em Rodovias	14.404	17.244	14.226
6.01.01.08	Resultado Financeiro com Ajuste a Valor Presente	5.096	4.134	3.464
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.686	2.570	4.614
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.460	-2.323	-1.004
6.01.02.02	Outros Créditos	-50	-36	30
6.01.02.03	Estoques	-822	-17	29
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-10	-220	-48
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	2.045	4.259	4.993
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-28	-5	175
6.01.02.07	Fornecedores	-294	-650	-894
6.01.02.08	Fornecedores - Sociedades Ligadas	575	705	785
6.01.02.09	Obrigações Sociais	661	407	-94
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	30.313	30.344	34.825
6.01.02.11	Cauções Contratuais	396	81	595
6.01.02.12	Credores pela Concessão	24	-345	41
6.01.02.13	Outros	85	56	-198
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuicao Social Pagos	-33.079	-29.418	-34.621
6.01.02.15	Aumento (Redução) das provisões para riscos cíveis e trabalhistas	-42	-268	0
6.01.03	Outros	99.861	92.099	78.524
6.01.03.01	Lucro Líquido	99.861	92.099	78.524
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-103.762	-19.944	-32.220

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	-463	-133	-276
6.02.02	Adições ao Intangível	-58.250	-37.192	-28.850
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-57.331	-73.743	-100.697
6.02.04	Resgate sobre as Aplicações Financeiras	12.282	91.124	97.603
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-233.860	-87.902	-246.725
6.03.01	Captações	-98.934	245.948	-15.000
6.03.02	Pagamentos Principal (empréstimos, financiamentos e debêntures)	-120	-221.517	-92.048
6.03.03	Pagamentos Juros (empréstimos, financiamentos e debêntures)	-34.001	-29.335	-39.318
6.03.04	Pagamentos Credores pela Concessão	-7.536	-7.038	-6.688
6.03.05	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-3.685	-6.643	-8.089
6.03.06	Pagamento de Dividendos	-89.584	-69.317	-85.582
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-153.784	63.322	-114.364
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	195.356	132.034	246.398
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	41.572	195.356	132.034

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.252	-50.429	0	-97.681
5.04.06	Dividendos	0	0	-47.252	0	0	-47.252
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.097	0	-8.097
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	-42.332	0	-42.332
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.861	0	99.861
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	99.861	0	99.861
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.532	49.432	0	190.949

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	55.758	0	0	173.743
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	55.758	0	0	173.743
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	11.595	-88.668	0	-77.073
5.04.06	Dividendos	0	0	-35.657	0	0	-35.657
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.756	0	-7.756
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	0	-33.660	0	-33.660
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	47.252	-47.252	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	3.431	88.668	0	92.099
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.099	0	92.099
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	3.431	-3.431	0	0
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	3.431	-3.431	0	0
5.07	Saldos Finais	117.655	330	70.784	0	0	188.769

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	62.289	0	0	180.274
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	62.289	0	0	180.274
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-10.457	-74.598	0	-85.055
5.04.06	Dividendos	0	0	-46.115	-29.923	0	-76.038
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.017	0	-9.017
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	35.658	-35.658	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	3.926	74.598	0	78.524
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.524	0	78.524
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	3.926	-3.926	0	0
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	3.926	-3.926	0	0
5.07	Saldos Finais	117.655	330	55.758	0	0	173.743

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	403.102	362.677	326.740
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	342.833	321.780	294.355
7.01.02	Outras Receitas	2.274	2.126	1.979
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	57.995	38.771	30.406
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-138.237	-120.300	-115.168
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-121.317	-103.526	-90.960
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.379	-5.765	-10.885
7.02.04	Outros	-7.541	-11.009	-13.323
7.02.04.01	Custo da Concessão	-7.626	-10.719	-13.122
7.02.04.02	Outros	85	-290	-201
7.03	Valor Adicionado Bruto	264.865	242.377	211.572
7.04	Retenções	-51.828	-44.059	-37.511
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.828	-44.059	-37.511
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	213.037	198.318	174.061
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.673	28.248	33.226
7.06.02	Receitas Financeiras	51.252	27.919	33.006
7.06.03	Outros	421	329	220
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	264.710	226.566	207.287
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	264.710	226.566	207.287
7.08.01	Pessoal	17.528	12.771	11.505
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.447	9.358	8.274
7.08.01.02	Benefícios	3.873	2.676	2.647
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.208	737	584
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	80.341	74.382	64.057
7.08.02.01	Federais	63.072	58.207	49.264
7.08.02.02	Estaduais	18	16	20
7.08.02.03	Municipais	17.251	16.159	14.773
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	66.980	47.314	53.201
7.08.03.01	Juros	58.158	41.486	48.213

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.03.02	Aluguéis	3.726	1.694	1.524
7.08.03.03	Outras	5.096	4.134	3.464
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	99.861	92.099	78.524
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	8.097	7.756	9.017
7.08.04.02	Dividendos	47.252	33.660	29.923
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	44.512	50.683	39.584

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOVIAS S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autovias S.A. (“Companhia” ou “Autovias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 01 de setembro de 1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-255 Rod. Antônio Machado Sant’anna (Ribeirão Preto - Entroncamento com a SP- 328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - Entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão – Entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - Entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto – entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - Entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação; e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Relatório da Administração

Nome da praça	Localização	Tarifa (R\$)
São Simão	SP 330 / Km 281	6,10
Batatais	SP 334 / Km 344	7,80
Guatapar	SP 255 / Km 45,5	12,10
Restinga	SP 334 / Km 374,5	7,80
Santa Rita do Passa Quatro	SP 330 / Km 253	6,10

EVENTOS RELEVANTES

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM teve como objeto a alterao (i) do ndice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, de ndice Geral de Preço de Mercado (“IGP-M”) para ndice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificao da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposio, decorrentes da utilizao do novo ndice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5 (quinto) ano.

Essa modificao foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1 de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberao Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberao autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01/07/2013 pelo ndice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposio do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilizao de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementao de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilizao de créditos em

Relatório da Administração



favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras e (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

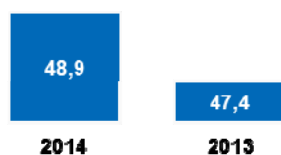
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

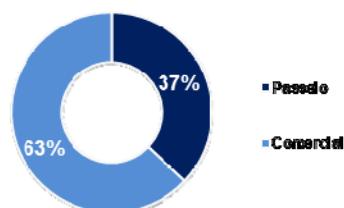
O tráfego pedagiado totalizou 48,9 milhões veículos equivalentes em 2014, 3,2% superior quando comparado ao exercício anterior. Além dos fatores históricos que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas tais como os relacionados à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias, ainda que minimizado pela cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013, que contribuiu para o crescimento de tráfego.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2014 foi de 63% de veículos pesados e 37% de veículos leves.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego
2014



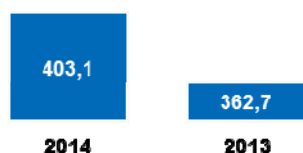
Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$403,1 milhões em 2014, com crescimento de 11,1% em relação aos R\$362,7 milhões registrados em 2013.

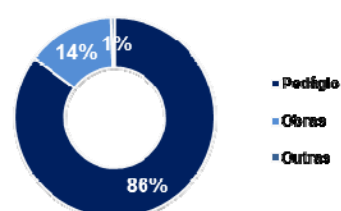
Relatório da Administração



Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2014



A receita de pedágio cresceu 6,5% passando de R\$321,8 milhões em 2013 para R\$342,8 milhões em 2014. As principais razões desse aumento foram: (i) crescimento do tráfego dos veículos equivalentes em 3,2% e (ii) reajuste à partir de 01/07/2014 de 5,17% na tarifa básica praticada, com base na evolução do IPCA entre os meses de junho de 2013 e maio de 2014 conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo de 05 de janeiro de 2012, ajustado pela absorção de ganhos extraordinários relacionados à cobrança dos eixos suspensos de veículos comerciais pelo período de 28/07/2013 a 31/05/2014.

Já a receita de obras provenientes da realização de investimentos no intangível, registrou acréscimo de R\$19,0 milhões, passando de R\$38,8 milhões em 2013 para R\$58,0 milhões em 2014 tendo como destaque a obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP que foi incluída no cronograma do Contrato de Concessão.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$2,3 milhões (7% maior) em 2014.

No ano de 2014, a Companhia obteve receita líquida de R\$373,2 milhões, R\$38,6 milhões superior ao ano de 2013.

Relatório da Administração**Custos e Despesas** (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Custo dos serviços de construção	(58,0)	(38,8)	49,5%
Serviços de terceiros	(18,1)	(17,2)	5,4%
Pessoal	(18,9)	(14,2)	32,9%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(38,2)	(38,0)	0,6%
Conservação	(7,1)	(8,1)	-12,5%
Custos com poder concedente	(5,2)	(7,6)	-31,8%
Seguros e garantias	(2,0)	(1,5)	30,9%
Remuneração da Administração	(1,4)	(0,6)	134,0%
Consumo	(4,6)	(3,0)	53,5%
Outros	(6,7)	(5,2)	28,3%
Custos e despesas	(160,1)	(134,2)	19,3%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações), em 2014 tiveram aumento de 19,3% em comparação ao exercício de 2013. A variação de R\$25,9 milhões é justificada pelos seguintes fatores:

- Acréscimo de R\$19,2 milhões com os “Custos de Serviços de Construção” em cumprimento à inclusão no cronograma de investimentos do contrato de concessão, tendo como destaque a obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP.
- Pelo aumento de R\$1,0 milhão dos custos com serviços de terceiros em função novo critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo aprovado em 2014.
- Aumento de R\$4,7 milhões na despesa com pessoal: R\$1,7 milhões consequência da internalização de 102 arrecadadores de pedágio que prestavam serviços terceirizados e R\$ 3,0 milhões em função novo de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo aprovado em 2014;
- Diminuição de R\$2,4 milhões da despesa com o ônus variável decorrente da autorização emitida em 27/07/2013 DOE processo 15.747/2013 do não recolhimento de 1,5% da outorga variável nos meses de julho, agosto e setembro e também pela prorrogação autorizada pelo Conselho Diretor da Artesp ocorrida em reunião datada de 14/12/2013, que deliberou por prazo indeterminado da retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária).

Relatório da Administração

- Pelo acréscimo de R\$0,5 mil na conta de Seguros Garantia devido a renovação das apólices de seguro contra riscos operacionais, responsabilidade civil e de engenharia, cujo prêmios ficaram maiores em relação ao ano anterior.
- Aumento em R\$0,8 mil com pagamento da remuneração da administração tendo como destaque a inclusão do rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo aprovado em 2014.
- Acréscimo em R\$1,6 milhões na conta de consumo tendo como impacto principal, o novo critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo aprovado em 2014.
- Pela variação de R\$1,5 mil no grupo outros, impulsionados pelo aumento dos combustíveis e também pelos serviços de transportes de colaboradores e em função novo de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo aprovado em 2014;

EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA			
R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receita Líquida	373,2	334,9	11,4%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(160,1)	(134,2)	19,3%
EBITDA	213,1	200,7	6,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	38,2	38,0	0,6%
EBITDA Ajustado	251,2	238,7	5,2%

EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Relatório da Administração



O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2014 em R\$251,2 milhões, com um aumento de 5,2% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado principalmente pela expansão de 3,5% do tráfego pedagiado e também pelo reajuste das tarifas ocorrido em Jul/14.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receitas Financeiras	51,3	27,9	83,9%
Despesas Financeiras	(65,9)	(48,9)	34,8%
Resultado Financeiro Líquido	(14,6)	(21,0)	-30,5%

O resultado financeiro líquido de 2014 foi negativo em R\$14,6 milhões, 30,5% menor em relação ao ano de 2013. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

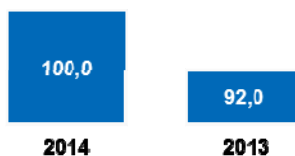
- Aumento significativo das receitas financeiras em 83,9% com destaque: (i) Pelo saldo das aplicações financeiras e pela alta da taxa de juros “CDI” a qual remunera os recursos do caixa da Companhia em função da captação de R\$300 milhões de debêntures em dezembro de 2013 e (ii) pelo empréstimo cedido a holding a título de mútuos no valor total de R\$100 milhões em 2014 remunerados pelo aumento na taxa de juros CDI do período.
- O aumento em menor proporção às receitas, das despesas financeiras (34,8%) pelo aumento da alta da taxa de juros “CDI” que remuneraram as operações de debêntures.

Lucro Líquido

Com aumento da receita líquida do período, impulsionado pela expansão do tráfego e reajuste da tarifa de pedágio, a Companhia encerrou o exercício de 2014 com lucro líquido de R\$100,0 milhões, com acréscimo de 8,7% em comparação ao exercício de 2013.

Relatório da Administração**Lucro Líquido**

(R\$ milhões)

**Endividamento**

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Dívida Bruta	481,4	457,0	5,3%
Curto Prazo	172,1	9,4	1730,9%
Longo Prazo	309,3	447,6	-30,9%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(100,3)	(206,9)	-51,5%
Dívida Líquida	381,1	250,1	52,4%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento bruto totalizava R\$481,4 milhões, apresentando um aumento de R\$24,4 milhões ou 5,3% em relação ao ano anterior. O aumento da dívida é resultante remuneração (CDI + 0,83%) correspondentes à 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2014 em R\$381,1 milhões, apresentando um aumento de R\$131,0 milhões em relação ao montante de R\$250,1 milhões registrado no encerramento do exercício de 2013. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 1,6x.

Relatório da Administração



DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. A distribuição dos mesmos segue abaixo representada:

Proventos em Dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendos	15/04/2014	16/04/2014	R\$ 47 milhões
Dividendos	18/08/2014	18/08/2014	R\$ 42 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	21/01/2014	21/01/2014	R\$ 1,7 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	15/04/2014	01/04/2014	R\$1,9 milhões

INVESTIMENTOS

Em 2014, a Autovias investiu R\$58,2 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$22,4 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

- obras de ampliação e melhoramento, com destaque para a obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto;
- 2ª intervenção de pavimento;
- recuperação de obras de arte;
- implantação da sinalização e dos dispositivos de segurança;
- sistemas de controle de tráfego e de arrecadação.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2014	2013
Empregos diretos	302	206
Índice de rotatividade	5,99%	1,75%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de 47% de homens, contra 53% de mulheres. A média de idade está concentrada em 36 anos. A base de

Relatório da Administração



formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (Antigo Segundo Grau), com 59% dos profissionais. Vale mencionar que 21% possuem superior completo.

Ao longo de 2014, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 5.034 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 15:04 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autovias estabeleceu como um dos seus compromissos, o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados a educação, segurança, saúde, cultura e meio ambiente .

Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa focada em desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento dos municípios lindeiros, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em reduzir acidentes nas rodovias sob concessão, assim como promover educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

Segurança

A companhia possui a meta de reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. A companhia mantém o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação, para reduzir o número de acidentes. Em setembro de 2014, foi realizado o 1º Mês da Segurança Arteris, iniciativa voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade em geral sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. A iniciativa foi encerrada com o 1º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras do Estado de São Paulo e Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, instituições de pesquisa, OMS (Organização Mundial da Saúde), e organizações não governamentais.

Educação

Relatório da Administração



A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, que prepara professores da rede pública para atividades com alunos de 1º e 2º graus, sobre segurança no trânsito. A mesma estratégia de abordagem é aplicada para a preparação desses profissionais sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

O Projeto Escola é uma iniciativa de educação reconhecida pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Viva Saúde” já beneficiou quase 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O motivo é que esses profissionais de transporte nem sempre possuem condições de realizar os cuidados com a saúde. Assim, o programa favorece uma abordagem preventiva e que estimula a qualidade de vida e as boas práticas.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, objetivo este buscado por meio de controle de emissões e do uso racional de recursos naturais, assim como por programas envolvendo populações do entorno da rodovia. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo por meio do qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Focando a preservação das áreas próximas às rodovias, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas para prevenir acidentes nas rodovias envolvendo animais. Além disso, faz controle e reciclagem do lixo; possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna; adota postura responsável com a utilização de cisternas para coleta de água de chuva em todas as suas bases operacionais, em prol da preservação da água.

Cultura e Esporte

O apoio a projetos esportivos e culturais relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia, ao lado da promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a promoção no Brasil de exposição de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais visitada no mundo, e mais completa já vista no Brasil do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. A companhia também promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de

Relatório da Administração



forma a levar à exposição crianças e adultos que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos por meio do Programa Voluntários. Desta forma, a empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais. Ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios e fortalece a imagem da Arteris.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Relatório da Administração**Diretoria**

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

José Fernando Nogueira
Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin
Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 **(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autovias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A (“Arteris”). A Sociedade iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela SP-255 Rod. Antônio Machado Sant’anna (Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015.

2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 10 e 15, respectivamente.

A Sociedade acordou junto à Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) a inclusão, no contrato de concessão, de uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249. A inclusão das obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro serão

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

realizados por meio da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, cujo reequilíbrio se dará com a extensão do prazo de concessão do contrato da Sociedade estimada por 6 meses, levando o término da concessão para maio de 2019.

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio eram reajustadas no mês de julho de cada ano com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do secretário estadual de logística e transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012, e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Em antecipação ao reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013.

Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 **(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente a outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,58%. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

NA BR/SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant'anna

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 2,80 e 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre os km 48,35 e 77,00.

NA BR/SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior

- Implantação de faixas adicionais do km 257,80 ao km 280,00.

NA BR/SP 330 - Rodovia Anhanguera

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (km 17,20).

NA BR/SP 334 - Rodovia Cândido Portinari

- Complementação da duplicação no trecho entre os km 322,00 e 337,00;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 337,00 e 348,00;

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 358,00 e 395,50.

NA BR/SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre os km 10,00 e 36,00;
- Implantação de vias marginais entre os km 30,00 e 35,00 do lado direito e entre os km 33,00 e 35,00 do lado esquerdo.

A Sociedade estima na data de 31 de dezembro de 2014, os montantes de R\$121.544 respectivamente referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$178.278 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Os valores referentes à 31 de dezembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.2.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

4.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 **(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº15.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações originaram-se.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social conforme a nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 **(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

4.8. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.1.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujo benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	30.078	16.813
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>27.773</u>	<u>16.314</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.305</u>	<u>499</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	8.279	7.832
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>8.075</u>	<u>7.637</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>204</u>	<u>195</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	89.313	81.272
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>76.594</u>	<u>68.697</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>12.719</u>	<u>12.575</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	20.948	27.780
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>18.669</u>	<u>24.176</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.279</u>	<u>3.604</u>
Provisão para investimentos em rodovias - real	2.900	2.900
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>2.412</u>	<u>2.268</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>488</u>	<u>632</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 **(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**4.15. Novos pronunciamentos e interpretações**

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornecer as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios.	(1)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(2)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;

(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	2.142	1.323
Aplicações financeiras (*)	<u>39.430</u>	<u>194.033</u>
Total	<u>41.572</u>	<u>195.356</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundos de investimentos, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 100,3% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	19.023	17.741
Cupons de pedágio a receber	242	312
Cartões de pedágio a receber	121	119
Receitas acessórias a receber	<u>144</u>	<u>113</u>
Total	<u>19.530</u>	<u>18.285</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	967	1.052
Provisão de participação nos lucros	1.157	-
Ajuste dos encargos financeiros	144	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (b)		
Provisão para manutenção	104.367	85.011
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	28.457	37.943
Ajuste dos encargos financeiros	<u>1.421</u>	<u>832</u>
Base de cálculo	136.513	124.838
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>46.414</u>	<u>42.444</u>

(a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

2016	16.771
2017	17.452
2018	<u>12.191</u>
	<u>46.414</u>

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes as debêntures. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros e da parcela de principal (anual) das debêntures da 1ª emissão 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor da aplicação é de R\$58.734 (R\$11.541 em 31 de dezembro de 2013), essas aplicações foram remuneradas em média 93,4% da variação do CDI.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	<u>Móveis, utensílios e instalações</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31/12/2012	<u>556</u>	<u>687</u>	<u>306</u>	<u>624</u>	<u>2.173</u>
Adições	68	46	3	16	133
Alienações/baixas	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>(18)</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>616</u>	<u>733</u>	<u>309</u>	<u>630</u>	<u>2.288</u>
Adições	56	345	44	18	463
Transferência/Reclassificação	420	(59)	20	(163)	218
Alienações/baixas	<u>(1)</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>1.091</u>	<u>1.005</u>	<u>373</u>	<u>485</u>	<u>2.954</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31/12/2012	<u>(406)</u>	<u>(588)</u>	<u>(74)</u>	<u>(450)</u>	<u>(1.518)</u>
Depreciações	(67)	(134)	(53)	(117)	(371)
Alienações/baixas	<u>35</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>40</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>(438)</u>	<u>(722)</u>	<u>(127)</u>	<u>(562)</u>	<u>(1.849)</u>
Depreciações	(76)	(88)	(61)	(98)	(323)
Transferência/Reclassificação	(239)	142	(12)	340	231
Alienações/baixas	<u>1</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>(752)</u>	<u>(654)</u>	<u>(200)</u>	<u>(320)</u>	<u>(1.926)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31/12/2013	178	11	182	68	439
Saldo em 31/12/2014	339	351	173	165	1.028
Taxas de depreciação - %	12	21	20	11	-

Notas Explicativas

AUTOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	621.884	28.254	192	2.733	4.845	10	657.918
Adições	2.724	-	-	335	35.429	282	38.770
Alienações/baixas	(78)	-	-	-	-	(233)	(311)
Saldo em 31/12/2013	624.530	28.254	192	3.068	40.274	59	696.377
Adições	6.229	-	-	443	50.441	909	58.022
Transferências/Reclassificação	76.192	-	-	-	(76.410)	-	(218)
Alienações/baixas	(208)	-	-	(11)	-	(312)	(531)
Saldo em 31/12/2014	706.743	28.254	192	3.500	14.305	656	753.650
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31/12/2012	(359.188)	(19.562)	(131)	(1.904)	-	-	(380.785)
Amortização	(42.098)	(1.408)	(10)	(172)	-	-	(43.688)
Transferências/Reclassificações	(35)	-	-	-	-	-	(35)
Alienações/baixas	42	-	-	-	-	-	42
Saldo em 31/12/2013	(401.279)	(20.970)	(141)	(2.076)	-	-	(424.466)
Amortização	(49.738)	(1.486)	(10)	(271)	-	-	(51.505)
Transferências/Reclassificações	(231)	-	-	-	-	-	(231)
Alienações/baixas	161	-	-	1	-	-	162
Saldo em 31/12/2014	(451.087)	(22.456)	(151)	(2.346)	-	-	(476.040)
<u>Intangível líquido</u>							

Notas Explicativas**AUTOVIAS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Saldo em 31/12/2013	223.251	7.284	51	992	40.274	59	271.911
Saldo em 31/12/2014	255.656	5.798	41	1.154	14.305	656	277.610
Taxas anuais de amortização %	24,49	24,49	24,49	24,49	-	-	-

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos (FINAME) (a)	TJLP + 3,3% a.a. . a 3,95% a.a.	-	29
Financiamento de veículos (Finame) (b)	6,0% a.a.	<u>286</u>	-
		<u>286</u>	<u>29</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos (FINAME) (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 3,95% a.a.	-	92
Financiamento de veículos (Finame) (b)	6,0% a.a.	<u>782</u>	-
		<u>782</u>	<u>92</u>
		<u>1.068</u>	<u>121</u>

(*) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias. Em 17 de fevereiro de 2014, este financiamento foi quitado integralmente.

(b) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2016	427
2017	355
	<u>782</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31.12.2014		31.12.2013	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão							
(a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Março/2017	63.524	104.984	9.461	148.675
3ª emissão		CDI + 0,83% a.a.	Agosto/2017				
(b)	<u>30.000</u>			<u>108.912</u>	<u>204.000</u>	<u>726</u>	<u>300.000</u>
	<u>150.000</u>			<u>172.436</u>	<u>308.984</u>	<u>10.187</u>	<u>448.675</u>
Custo de transação				<u>(619)</u>	<u>(477)</u>	<u>(760)</u>	<u>(1.096)</u>
Total				<u>171.817</u>	<u>308.507</u>	<u>9.427</u>	<u>447.579</u>

(a) 1ª emissão 2ª série de debêntures de 15 de março de 2010, com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2014 de R\$1 cada uma.

(b) 3ª emissão de debêntures emitidas em 18 de dezembro de 2013 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2014 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data de emissão	Valor real em 31.12.2014	Data de integralização	Subscrito
1ª emissão -2ª série	15.03.2010	120.000	27.04.2010	121.900
3ª emissão	18.12.2013	<u>300.000</u>	26.12.2013	<u>300.363</u>
		<u>420.000</u>		<u>422.263</u>

As debêntures da 1ª série foram pré-pagas a fim de reestruturar e melhorar o perfil de amortização e vencimentos dos endividamentos.

A remuneração das debêntures da 1ª emissão 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e será amortizada anualmente em 3 parcelas a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão será paga semestralmente a partir de 18 de fevereiro de 2014 e amortizadas em 3 parcelas anuais, sendo a primeira em fevereiro de 2015 e a última em fevereiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Ano de vencimento

2016	160.613
2017	147.894
	<u>308.507</u>

As debêntures da 1ª emissão 2ª série contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivada na CVM.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 51% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizada.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“*Sinking Fund*”), conforme descrito na nota nº 8.

As debêntures da 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	33.225	18.275
Contas a receber:		
Centrovias S.A.	73	-
Intervias S.A.	75	-
Vianorte S.A	80	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	14
Total	<u>33.453</u>	<u>18.289</u>
<u>Ativo não circulante:</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	354.230	235.955
Total	<u>354.230</u>	<u>235.955</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	1.024	269
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	2.080	2.248
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	172	236
Centrovias S.A. (a)	6	3
Vianorte S.A. (a)	49	-
	<u>3.331</u>	<u>2.756</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	4.913	1.716
	<u>4.913</u>	<u>1.716</u>
Total	<u>8.244</u>	<u>4.472</u>

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Contas de resultado	31.12.2014			31.12.2013		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais (a)/(b)</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais (a)/(b)</u>
	(c)	(d)		(c)	(d)	
Arteris S.A.	-	39.088	10.732	-	21.500	1.925
Latina Manutenção de Rodovias	24.096	-	-	21.633	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	3.226	-	-	1.659	-	-
Total	27.322	39.088	10.732	23.292	21.500	1.925

(a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.

(b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio dos custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

(c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

(d) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,037% a 1,6% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de 2017, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
22/08/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	40.000	30.770	24.277
18/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	48.000	36.203	28.477
04/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	3.000	2.131	1.660
17/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	23.000	16.173	12.579
26/12/2012	Dezembro de 2017	CDI + 1,6% a.a.	15.000	2.990	1.261
07/02/2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,6% a.a.	53.000	10.034	3.976
05/03/2014	Dezembro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	30.000	2.601	-
01/04/2014	Dezembro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	30.000	2.363	-
25/06/2014	Dezembro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	40.000	2.190	-
Total			282.000	105.455	72.230

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$1.404 (R\$575 em 31 de dezembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade ou outras partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.157 e R\$1.047.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas à diretoria para aprovação, nos termos do estatuto social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Imposto de Renda	8.598	9.763
Contribuição Social	3.248	3.619
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	488	451
Programa de Integração Social (PIS)	193	183
Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS)	891	845
Imposto Sobre Serviço (ISS)	1.620	1.550
Outros	<u>227</u>	<u>405</u>
Total	<u><u>15.265</u></u>	<u><u>16.816</u></u>

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 31 de dezembro de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste em 5,58%. A Sociedade não concorda com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e está tomando as medidas necessárias de defesa para garantir seus direitos.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direito de outorga - parcela fixa	7.634	7.219	7.838	7.414
Parcela variável (a)	<u>441</u>	<u>418</u>	<u>441</u>	<u>418</u>
Total	<u>8.075</u>	<u>7.637</u>	<u>8.279</u>	<u>7.832</u>

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direto de Outorga - parcela fixa	<u>18.669</u>	<u>24.176</u>	<u>20.948</u>	<u>27.780</u>
	<u>18.669</u>	<u>24.176</u>	<u>20.948</u>	<u>27.780</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2014 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		<u>Total</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
Saldo de parcelas	12	32	44

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$12.696 (R\$7.536 de parcela fixa e R\$5.160 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2016	7.856
2017	7.856
2018	5.236
	<u>20.948</u>

16. PROVISÕES**16.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais**

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 são conforme seguem:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	1.003	82	(106)	(36)	943
Trabalhistas	<u>49</u>	<u>12</u>	<u>(31)</u>	<u>(6)</u>	<u>24</u>
Total	<u>1.052</u>	<u>94</u>	<u>(137)</u>	<u>(42)</u>	<u>967</u>

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	631	666	(107)	(187)	1.003
Trabalhistas	<u>132</u>	<u>336</u>	<u>(338)</u>	<u>(81)</u>	<u>49</u>
Total	<u>763</u>	<u>1.002</u>	<u>(445)</u>	<u>(268)</u>	<u>1.052</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$915 e R\$857, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.500 e R\$911 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

16.2. Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2013	16.314	68.697	2.268
Adições	-	21.353	-
Utilizações	(6.949)	-	-
Ajuste a valor presente	-	4.952	144
Transferências	<u>18.408</u>	<u>(18.408)</u>	-
Saldos em 31.12.2014	27.773	76.594	2.412

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2012	12.615	51.154	2.132
Adições	(144)	21.480	-
Utilizações	(4.094)	-	-
Ajuste a valor presente	(109)	4.109	136
Transferências	<u>8.046</u>	<u>(8.046)</u>	-
Saldos em 31.12.2013	16.314	68.697	2.268

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de dezembro de 2014, referente às manutenções realizadas, foram de R\$22.364 (R\$20.879 em 31 de dezembro de 2014).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é de R\$128.514, integralizado pelo valor de R\$117.655. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

	<u>31.12.2014</u>		Participação - %
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações Integralizadas	
Arteris S.A.	<u>125.040.451</u>	<u>114.181.880</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 2014, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$47.252, pagos em abril de 2014 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 18 de agosto de 2014 a sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2014 no montante de R\$42.332, mediante a utilização dos saldos da conta de reserva de lucros a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 18 de agosto de 2014.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	99.861	92.099
Reserva legal 5%	-	3.431
Base de cálculo	99.861	88.668
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>24.965</u>	<u>22.167</u>
Dividendos antecipados	(42.332)	(33.660)
Dividendos propostos	49.432	47.252

A Administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2014, totalizando R\$49.432 a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (R\$47.252 em 31 de dezembro de 2013).

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de imposto de renda.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$6.882, líquido de R\$1.215, referente ao imposto de renda retido na fonte, dos quais R\$1.969 foram pagos aos acionistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita de serviços prestados	342.833	321.780
Receita de serviços de construção	57.995	38.771
Outras receitas	<u>2.274</u>	<u>2.126</u>
	<u>403.102</u>	<u>362.677</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita Bruta	403.102	362.677
ISSQN	(17.186)	(16.130)
PIS	(2.271)	(2.129)
COFINS	<u>(10.484)</u>	<u>(9.837)</u>
Receita líquida	<u>373.161</u>	<u>334.581</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representadas por:

Custos:	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Custo de construção	(57.995)	(38.771)
Com pessoal	(10.677)	(10.063)
Serviços de terceiros	(13.879)	(14.938)
Depreciação e amortização	(51.505)	(43.688)
Custos com poder concedente	(5.183)	(7.588)
Seguros e garantias	(1.931)	(1.538)
Conservação	(6.921)	(6.739)
Provisão de manutenção em rodovias	(38.173)	(37.961)
Outros	<u>(5.599)</u>	<u>(6.336)</u>
Total	<u>(191.863)</u>	<u>(167.622)</u>

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Despesas:	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Com pessoal	(8.194)	(4.112)
Serviços de terceiros	(4.247)	(2.264)
Depreciação e amortização	(323)	(371)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	43	(290)
Seguros e garantias	(32)	(28)
Outros	<u>(6.212)</u>	<u>(2.882)</u>
Total	<u>(18.965)</u>	<u>(9.947)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	39.088	21.500
Aplicações financeiras	<u>12.164</u>	<u>6.417</u>
Outras receitas	-	<u>2</u>
	<u>51.252</u>	<u>27.919</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(57.434)	(39.674)
Atualização monetária do ônus da concessão	(2.443)	(3.133)
Ajuste a valor presente	(5.096)	(4.134)
Outras despesas	<u>(882)</u>	<u>(1.949)</u>
	<u>(65.855)</u>	<u>(48.890)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(228)	1.578
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	4.913	1.716

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	146.634	135.702
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente nominal	(49.856)	(46.139)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	2.753	2.637
Efeito de adições e exclusões	<u>330</u>	<u>(101)</u>
Despesa contabilizada	<u>(46.773)</u>	<u>(43.603)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(50.743)	(51.703)
Diferidos	<u>3.970</u>	<u>8.100</u>
	<u>(46.773)</u>	<u>(43.603)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.973 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

A Sociedade decidiu pela adoção antecipada conforme Lei 12.973/14, para o exercício de 2014. Os ajustes efetuados não foram relevantes para o resultado da Sociedade.

23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/diluído</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	99.861	92.099
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>114.182</u>	<u>114.182</u>
Lucro por ação	<u>0,8746</u>	<u>0,8066</u>

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>31.12.2013</u> <u>Empréstimos e recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	41.572	195.356
Aplicações financeiras	58.734	11.541
Contas a receber de clientes	19.530	18.285
Partes relacionadas	387.683	254.244
Outras contas a receber	213	131

<u>Passivos</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Passivos financeiros ao custo</u> <u>amortizado</u>	<u>31.12.2013</u> <u>Passivos financeiros ao</u> <u>custo amortizado</u>
Fornecedores e cauções contratuais	7.299	7.425
Empréstimos e financiamentos	1.068	121
Debêntures	480.324	457.006
Partes relacionadas	8.244	4.472
Credores pela concessão	26.744	31.813
Outras contas a pagar	428	323

Riscos de mercadoa) **Exposição a riscos cambiais**

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) **Exposição a riscos de taxas de juros**

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>	<u>Cenário IV (- 25%)</u>
CDI	12,50%	15,63%	18,75%	9,38%
Juros a incorrer (*)	(32.597)	(40.920)	(49.013)	(26.214)
Receita de aplicações financeiras	12.393	15.492	18.590	9.295
Receitas financeiras de Mútuos	52.817	65.052	76.378	40.665
IPCA	6,40%	8,00%	9,60%	4,80%
Juros a incorrer (*)	<u>(15.000)</u>	<u>(18.573)</u>	<u>(22.939)</u>	<u>(10.941)</u>
Juros a Incorrer líquido	<u>17.613</u>	<u>21.051</u>	<u>23.016</u>	<u>12.805</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$ 19.530 (R\$18.285 em 31 de dezembro de 2013) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoxpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017 em diante</u>	<u>Total</u>
B. Brasil - Finame	6,0	202.004	272.886	216.088	690.978
Debêntures 1ª emissão 2ª série	14,7	66.771	68.571	70.246	205.588
Debêntures 3ª emissão	11,7	129.079	117.807	117.770	364.656
Credores pela Concessão	3,7	<u>8.116</u>	<u>8.616</u>	<u>15.557</u>	<u>32.289</u>
Total		<u>405.970</u>	<u>467.881</u>	<u>419.661</u>	<u>1.293.513</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais / Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	17.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	92.626

(*) Por Sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autovias S.A.

Ribeirão Preto - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Autovias S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autovias S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 139268/O-6 Contador CRC 1 SP 124504/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

José Fernando Nogueira

Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

José Fernando Nogueira

Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica